



SINGULAR
GESTÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS

AO
HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
SAH - SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR
Ilmo. Sr. Pregoeiro

Pregão Eletrônico Nº 90094/2025

Processo Administrativo nº VR-02.051-0006436/2025 – SAH/HSJB

SINGULAR GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA., empresa licitante do supramencionado Pregão Eletrônico, vem, com fulcro no Art. 165, inciso I, alínea c), da Lei 14.133/2021, bem como item 13 do Instrumento Convocatório, por seu representante credenciado, apresentar:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela Empresa BAM COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA., aduzindo para tanto o que segue:

I – DOS FATOS

Cumpre esclarecer, inicialmente, que a presente licitante comunga e sucumbe-se ao imperativo legal e doutrinário da soberania dos atos administrativos decisórios da Comissão de Licitação, razão pela qual reconhece na habilitação da empresa **SINGULAR GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA.** absoluta e cristalina manifestação de legalidade, espírito público e, sobretudo, isonomia.



SINGULAR
GESTÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS

Acudindo ao chamamento desta Instituição Hospitalar para o certame licitatório em questão, a Recorrida e outras licitantes dele vieram participar. Após sagrar-se vencedora na fase de lances, a Recorrida foi devidamente habilitada a partir da documentação apresentada.

Sucedendo, contudo, que não obstante o basilar direito à interposição recursal contra atos administrativos decisórios, esculpida no Art. 165, inciso I, alínea c), da Legislação Adjetiva, sendo, inclusive, erigido a dogma constitucional o direito de petição, o recurso administrativo ora impugnado carece de pré-requisitos à sua constituição.

Parece-nos que, ante aos inexoráveis e objetivos termos editálicos, a ora Recorrente teve como **escopo apenas conturbar e protelar o processo licitatório** – o qual, cumpre salientar, tramita na mais absoluta transparência e legalidade –, eis que não há agasalho legal ou administrativo que sustente as parcas e frágeis argumentações apresentadas em desfavor da Recorrida – beirando, inclusive, à má-fé. Senão, vejamos:

II – DAS RAZÕES DE MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE HABILITAÇÃO

Percebe-se claramente que a recorrente, através de sua peça recursal, tem o intuito somente de tumultuar o processo. Não há sequer interesse de agir.

No entanto, para que não restem dúvidas acerca da irretocável decisão de habilitação da Recorrida, passemos à contraposição das parcas razões recursais apresentadas.



SINGULAR

GESTÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS

II.a) DA INTEGRAL REGULARIDADE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELA RECORRIDA

Os argumentos trazidos pela empresa Recorrente beiram ao desespero.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a Recorrida está no segmento de preparo e distribuição de refeição à coletividade desde 2003, isto é, possui mais de duas décadas de experiência no ramo, tendo realizado o serviço em área hospitalar para grandes instituições ao longo de seus 22 anos de existência.

Diante das exigências de qualificação técnica presentes no edital, a Empresa selecionou criteriosamente seus documentos comprobatórios, suprimindo os requisitos habilitatórios do certame, o que foi acertadamente cancelado pela decisão que habilitou a Recorrida nos autos do presente pregão eletrônico.

O instrumento convocatório em seu item 11.4.1 assim dispôs referindo-se à principal exigência da qualificação técnica:

11.4.1- Comprovação de aptidão por meio de atestado de capacidade técnica, que comprove que a empresa licitante tenha fornecido **objeto compatível com o licitado**, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Nesse sentido, a Recorrida apresentou 12 (doze) atestados de capacidade técnica referentes ao preparo e fornecimento de alimentação a coletividades, sendo a metade deles para o fornecimento de alimentação em ambientes hospitalares.

A Recorrida comprovou ter fornecido alimentação para as seguintes unidades de saúde:

- Hospital Federal da Lagoa – tempo atestado: 3 anos e 11 meses;



SINGULAR

GESTÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS

- Hospital Municipal Francisco da Silva Telles – tempo atestado: 1 ano;
- Hospital Maternidade Carmela Dutra – tempo atestado: 5 anos;
- Hospital Alexander Fleming – tempo atestado: 2 anos;
- Hospital Psiquiátrico de Jurujuba – tempo atestado: 1 ano e 4 meses;
- Instituto Estadual de Dermatologia Sanitária – tempo atestado: 1 ano;

Além desses atestados de objeto IDÊNTICO ao objeto licitado no presente certame, a Recorrida ainda juntou outros 06 (seis) atestados comprobatórios do fornecimento regular, diário e ininterrupto de alimentação à coletividade que, embora não seja em ambiente hospitalar, requer, do mesmo modo, todo o planejamento nutricional inerente ao serviço licitado, demonstrando e cumprindo o critério da compatibilidade citada no item 11.4.1.

Sem melhores alegações para atacar a qualificação técnica de uma Empresa amplamente reconhecida no segmento de alimentação coletiva, a Recorrente “apela” para dois argumentos completamente estapafúrdios.

Defender que a Recorrida não comprova aptidão por que seus atestados são supostamente “antigos” e estão no nome da “antiga empresa” traduzem o despreparo da Recorrente.

O edital não fez qualquer tipo de restrição quanto à data de emissão dos atestados de capacidade técnica a serem apresentados pelas licitantes, sendo certo que os atestados juntados pela Recorrida suprem todos os requisitos constantes do instrumento convocatório, de modo que o argumento da Recorrente não merece prosperar, pois a realidade operacional da Empresa ainda é de uma organização que fornece diariamente mais de 120.000 refeições, nos termos dos atestados apresentados.

Atestados não são desqualificados pela simples alteração de razão social da Empresa, trata-se de argumento frágil, tendo em vista que a mudança apenas da razão



SINGULAR

GESTÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS

social não anula a expertise técnica, logística e operacional que a Recorrida angariou ao longo de todos os anos de sua existência. Expertise reconhecida, inclusive, por diversos entes públicos, que atestaram o fornecimento de alimentação sem qualquer conduta que desabonasse a atividade da empresa.

No que se refere aos atestados de alimentação escolar apresentados pela Recorrida, a Recorrente tenta rechaçá-los mas cai em uma clara contradição em sua linha de defesa.

A Recorrente bem observa que o instrumento convocatório prevê a COMPATIBILIDADE dos atestados com o objeto licitado, mas logo em seguida conclui seu raciocínio afirmando que “não existe IDENTIDADE entre os dois objetos”.

Ora, é de uma intelecção flagrante: compatibilidade é diferente de identidade. Identidade quer dizer devem ser exatamente iguais ao objeto licitado, ao passo que compatibilidade abarca características e aspectos convergentes do serviço de alimentação à coletividade, não necessariamente idênticos ao objeto licitado, pois isso seria uma clara restrição ao princípio da competitividade, previsto no *caput* do art. 5º da Lei 14.133/2021.

No entanto, essa discussão perde relevância, pois a Recorrida apresentou não somente um, mas SEIS atestados idênticos ao objeto licitado, o que supre de forma evidente e até complementar o requisito habilitatório de COMPATIBILIDADE.

II.b) DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA RECORRENTE

A Recorrente aduziu, neste ponto, que o item 11.4.3 é a exigência de “documento emitido pelo CRN para a pessoa jurídica, e não para o profissional”.

Essa interpretação não guarda qualquer vinculação com a realidade, e essa constatação pode ser verificada através de uma simples leitura do item:

Item 11.4.3. O serviço deve estar sob Responsabilidade Técnica de profissional graduado em Nutrição, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica;

Ora, a redação é claríssima. Trata tão somente do Nutricionista Responsável Técnico, e este foi apresentado com a comprovação de seu vínculo com a empresa e atestada sua responsabilidade técnica à frente da Recorrida desde 28/11/2012, conforme Certidão de Registro e Regularidade apresentada, constando que o nutricionista é o responsável técnico pelas atividades de alimentação e nutrição humana.

II.c) DA DECLARAÇÃO DO ANEXO 4

A referida declaração deve ser apresentada à Instituição Contratante quando da adjudicação e posterior homologação do certame. Infere-se, a partir de uma simples leitura do edital, que se trata de um documento para assinatura do contrato, haja vista estar inserida no item 14 – DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO.

Para fins de participação, a Recorrida preencheu devidamente em campo próprio do sistema quando do cadastramento da proposta, a declaração de cumprimento das cotas de aprendizagem e de PCD.

Não há, portanto, qualquer mácula ao edital, e a certidão citada pela Recorrente sequer faz parte da documentação de habilitação exigida para o certame.



SINGULAR

GESTÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS

II.d) DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA RECORRENTE

Em mais uma oportunidade, a Recorrente traz argumentos apenas para tumultuar o certame.

A contabilidade da Recorrida é unificada entre a sua matriz e filiais, de modo que o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, naturalmente, abrangem a organização como um todo, denotando a capacidade econômico-financeira através dos índices contábeis nos últimos dois exercícios sociais.

Não há, por todo o exposto, qualquer ressalva quanto à documentação apresentada, e a Ilma. Sr. Pregoeiro, após minuciosa análise, proferiu decisão correta e, sobretudo, vinculada aos termos e ditâmes do instrumento convocatório, com interpretação legal e jurisprudencial atualizada e pacífica, razão pela qual os argumentos da recorrente não devem prosperar.

III – DO PEDIDO

Desta forma, confiando no espírito altruísta que sempre norteou as decisões desta Instituição, aguarda-se pela manutenção da decisão de habilitação da Recorrida nos termos da fundamentação acima, haja vista ter cumprido integralmente com todas as exigências contidas no instrumento convocatório, por ser esta a medida da mais lúdima justiça, sectária da aplicação da legislação e jurisprudência pertinente.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

São João de Meriti, 28 de novembro de 2025.



SINGULAR
GESTÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS

SINGULAR GESTAO DE SERVICOS LTDA.

Carlson R. Ferreira
Sócio-administrador